

Ano 2 Número 7 Fevereiro.2010

EXPRESSÃO UNIVERSITÁRIA

Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau



SINSEPES LEVA BANDEIRA DA FURB FEDERAL AO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Cerca de 35 mil pessoas visitaram a grande Porto Alegre para o encontro, que discutiu como o FSM pode concretizar seus debates em ações contra o neoliberalismo pgs 6 e 7

Uma análise
do processo
eleitoral
na Universidade  pgs 2, 8 e 9

A criminalização dos movimentos sociais

O aumento da passagem de ônibus e o transporte público como mercadoria

A tragédia do Haiti por *Urda Alice Klueger*

Comitê contra privatização do esgoto em Blumenau vai à Justiça

ACESSE WWW.SINSEPES.ORG.BR

EDITORIAL

FURB terá eleições mais democráticas

No final de 2009 foi aprovado pelo Conselho Universitário o novo regulamento das eleições internas da FURB para o processo deste ano. A alteração da composição do peso de votação nas eleições é uma primeira ruptura na injusta composição anterior. Eliminar o tratamento diferenciado dado aos servidores técnico-administrativos e professores, agora votantes em categoria única de peso, além da valorização do voto dos estudantes, permite desmontar o domínio de votação anteriormente exercido em poucos setores da Universidade. As regras anteriores garantiam votos supervalorizados a professores de poucos departamentos, dando a estes a capacidade de praticamente decidir o resultado das eleições. As novas regras aprovadas, por atribuírem o mesmo peso de votação a todos os servidores, equilibram melhor a importância de cada votante individualmente e garantem a valorização do próprio voto, pois é o comparecimento às urnas que vai determinar os eleitos e não a categoria profissional. Garante ainda que sejam compostas chapas mais diversificadas, com representantes de quaisquer departamentos tendo capacidade efetiva de eleição. Há muito a avançar na distribuição do percentual entre as categorias de votação ou na universalização do voto, na participação da comunidade externa, entre outros temas. Não pode-se, entretanto, desvalorizar as alterações conquistadas e suas implicações no processo eleitoral.

Enquanto processo, a chamada "eleição indireta" aprovada pelo CONSUNI não constitui menos garantias na confirmação da consulta à comunidade do que as regras anteriores. A consulta será realizada de forma ampla, a exemplo da antes chamada "eleição direta", com composição menos desigual entre servidores e estudantes. Posteriormente, o resultado da consulta é submetido ao Conselho Universitário para, conforme regulamentação da LDB, respeitar os 70% de docentes no colégio eleitoral, ratificando o resultado apontado por toda a comunidade universitária. A única diferença é que segundo o novo regulamento os conselheiros votam no candidato a eleger e não mais na apro-

vação da homologação. Este processo não é democraticamente mais frágil, pois eleger um candidato diferente do apontado pela consulta significa o equivalente à não homologação. A garantia do processo passa pelo compromisso dos conselheiros e pela participação dos eleitores da mesma maneira que nas regras anteriores. Posteriormente permanece necessária a nomeação do eleito pelo prefeito municipal da mesma maneira que nas regras anteriormente vigentes.

As eleições no âmbito setorial (diretores de centro) seguem trâmite semelhante, porém é o Colegiado de Centro que ratifica o resultado da consulta. No caso dos Centros, o novo processo tem ainda a vantagem de assegurar um maior sigilo na votação para os servidores técnico-administrativos. Possuindo

apenas uma urna de votação para todos os servidores, mesmo nos centros onde o número de técnicos é reduzido, não será possível contabilizar esses votos em distinção dos demais. Quanto ao peso atribuído às diferentes categorias, há também uma pequena diferença com relação à eleição de reitoria. Enquanto para eleger o reitor, servidores votam com peso 80% e estudantes 20%, no caso das eleições para diretor de centro, servidores tem peso 73% e estudantes 27%.

Caberá à comunidade universitária votar e decidir na consulta prévia quem serão os servi-

dores responsáveis pela administração da FURB nos próximos quatro anos. Aos Conselheiros de Centro e do Consuni caberá a ratificação do resultado da consulta, seguindo o regulamento aprovado no próprio CONSUNI e o compromisso ético inerente aos membros destes Conselhos para com seus representados e para com a comunidade. Teremos portanto, no ano de 2010, eleições internas na FURB menos desiguais, com maior possibilidade de participação e decisão para o conjunto dos servidores e estudantes. Qualquer procedimento e decisão que não os descritos acima são uma ruptura para com os regulamentos eleitorais e compromissos assumidos, qualquer ruptura é golpe e o SINSEPEs e a comunidade da FURB não admitirão qualquer golpe.

HÁ MUITO A AVANÇAR NA DISTRIBUIÇÃO DO PERCENTUAL ENTRE AS CATEGORIAS DE VOTAÇÃO OU NA UNIVERSALIZAÇÃO DO VOTO, NA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EXTERNA, ENTRE OUTROS TEMAS. NÃO PODE-SE, ENTRETANTO, DESVALORIZAR AS ALTERAÇÕES CONQUISTADAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO ELEITORAL

A Novela dos Anteprojetos Você sabia que...

... no segundo semestre de 2009 a Prefeitura Municipal recebeu a sugestão de anteprojetos de lei aprovada nos Conselhos Superiores da FURB, motivadas pela Ação Civil Pública e que incluíam a reforma administrativa tão desejada pela Reitoria?

... em análise pela Procuradoria do Município (Progem) foi constatada uma série de irregularidades e questionamentos, muitas destas apontadas pelo Sinsepes quando o processo passava pelo Consad e Consuni?

... a Progem remeteu documento à Procuradoria da FURB (Progef) solicitando esclarecimentos e alterações, aguardando parecer e pronunciamento da Progef?

... os conselheiros do Consad foram convocados às pressas para uma reunião onde só foi dada ciência do conteúdo de um resumo feito pela Progef e o acesso ao documento original foi solicitado pelo Sinsepes e negado à representação dos trabalhadores (incluindo ASEF e APROF) até que a resposta da Progef estivesse pronta?

... nesta mesma reunião foi acordada a suspensão de diversos processos em discussão nos Conselhos Superiores, a exemplo dos que alteravam a regulamentação do estágio probatório e regulamentavam a distribuição de horas e pontuação docentes?

... quanto ao processo que tratava da alteração do plano de carreira dos servidores técnico-administrativos, a reitoria assumiu o compromisso de, anteriormente a qualquer alteração, realizar uma reunião para discuti-las com representação da ASEF e do SINSEPEs?

... a reitoria convocou uma reunião com os servidores não admitidos por concurso público que precisam ter a situação regularizada e, para esta reunião, o SINSEPEs como representante destes servidores não foi convocado, precisando "furar" a reunião para garantir o acompanhamento e proteção destes trabalhadores, juntamente com a APROF e assessoria jurídica?

... novamente foi assumido o compromisso para

com o SINSEPEs e a APROF de que o documento da Procuradoria do Município seria divulgado para conhecimento do íntegro teor e questões envolvidas?

... em 2010 a reitoria comunicou ao seu colegiado que já foi encaminhada resposta ao executivo municipal e que a representação dos trabalhadores não foi consultada e nem sequer comunicada?

... foram convocadas reuniões conjuntas de CONSAD e CONSUNI (25/02 e 11/03) para alterar a Resolução que regulamenta a distribuição de horas atividade docente, além da regulamentação de estágio probatório, sem apresentação nos Conselhos e com pouco mais de uma semana para sugerir emendas?

... até hoje o Sinsepes não foi convocado para a reunião acordada com a reitoria, não recebeu o documento da Progem, não recebeu a resposta da Progef e sequer a ciência de sua existência?

... somente nos desenhos animados e nos cartazes do SINSEPEs o nariz dos mentirosos crescem? Os narizes tem o mesmo tamanho e os mentirosos continuam a ser vistos na FURB.

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau. Jornalista responsável: Leo Laps (01989JP-DRT/SC).

Projeto gráfico, diagramação e editoração: Leo Laps. Tiragem: 3.000 cópias. Gráfica: Grupo Paulo Pimentel (Curitiba). Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89-12-900 Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores das mesmas.

RECICLE ESTE JORNAL! NÃO SUJE A CIDADE!

Presidente: Tulio Vidor. Vice-presidente: Ricardo Machado Secretário-geral: Joni Júlio Evaristo 1º Secretário: Alejandro Labale 1º Tesoureiro: Luiz Heinzen 2º Tesoureiro: Luiz Donizete Mafra Dir. Jurídico: Glauco A. Espíndola Dir. de Formação: Catarina Gewehr Dir. de Cultura: Mariana Freitas Dir. de Imprensa: Thomas da Rosa Conselho Fiscal: Simone Wagner Rios Largura, Rita de Cassia Marqui (titulares); Décio Zendron, Rubia Carla Ribeiro e Natacha Juli Georg (suplentes)

2010: ano decisivo para a federalização da FURB

Depois de um 2009 marcado por conquistas importantes, que culminaram com a reunião da Comissão de Educação do Senado na Câmara dos Vereadores, em novembro, o Movimento FURB Federal volta a se reunir em plenária dia 22 de fevereiro, segunda-feira, das 14h às 18h, no Auditório da Biblioteca do Campus I. A pauta é: a) informes; b) planejamento das atividades 2010-1 e c) encaminhamentos.

Em dezembro foram elaborados os planos de estudos técnicos (jurídico, orçamentário-financeiro e político-pedagógico), e dois convênios com o Ministério da Educação, no valor total de R\$ 200 mil, que subsidiarão o Projeto FURB Federal já estão sendo assinados. Um dos objetivos é fazer seminários nos 14 municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), bem como o encontro regional, ainda neste primeiro semestre de 2010.

O Movimento FURB Federal considera ainda que “a conjuntura eleitoral nacional será importante para a definição dos rumos da educação superior pública no país. No entanto, o mais decisivo para o Movimento FURB Federal é manter a capacidade de mobilização e de definição estratégica de suas ações. Esperamos, por isto, continuar contando com a participação e envolvimento de todos”.

NÃO ESQUEÇA

Plenária FURB Federal

- Dia 22 de fevereiro (segunda-feira), das 14h às 18h, no Auditório da Biblioteca Central, Campus I da FURB

Comitê segue luta contra privatização do esgoto

A concessão do tratamento de esgoto em Blumenau está dada como definida pela prefeitura municipal e pela mídia local. A princípio, o tal Consórcio Saneblu, cria da poderosa empreiteira Odebrecht com mais “duas” empresas, Foz do Brasil (pertencente ao Grupo Odebrecht) e Engeform, venceu a licitação, marcada por irregularidades, falta de transparência e cheiro de mutreta. Bateu as concorrentes não pelo menor preço, fixado em 98% do valor da tarifa de água (ou seja, quem paga R\$ 30,00 ao Samae vai desembolsar mais R\$ 29,40 pelo esgoto tratado), mas por ter melhores “condições técnicas”. A missão é tratar o esgoto de 90% da cidade em sete anos, ou seja, até as Olimpíadas do Rio.

Mas antes disso, é bom ouvir o que o Comitê Contra a Privatização do Esgoto em Blumenau tem a dizer. Foram distribuídos para a população blumenauense quase 20 mil panfletos iguais aos encartados nesta edição do Expressão Universitária. Segundo o Comitê, o Consórcio Saneblu deve embolsar, nos 35 anos de contrato cedido pela prefeitura, R\$ 1,8 bilhões, ou seja, em seis anos terá pago todo o valor do investimento, calculado em aproximadamente R\$ 300 milhões. O resto é lucro. Que poderia ser do poder público, ou seja, nosso.

Por isso, o Comitê está lançando uma Ação Popular junto à Justiça Federal que questiona a legalidade do processo e pede a suspensão do contrato, que ainda não foi assinado. Há inúmeros casos no Brasil de corrupção e piora nos serviços em casos de privatização do saneamento básico – tudo acompanhado por aumentos drásticos nas tarifas. Depois do esgoto, a água será o alvo. Por isso, não estranhe que os serviços de abastecimento de água do Samae, sempre tão eficiente, estejam decaindo tanto.



Membros do Comitê Contra a Privatização do Esgoto em Blumenau distribuíram panfletos alertando a população sobre processo (Foto: Leo Laps)

PRIVATIZAÇÃO

do Esgoto em Blumenau

Isso tá cheirando
MAL



Novo sítio, novo jornal

O SINSEPES começa o ano com mudanças na área de comunicação e imprensa. Além do novo projeto gráfico do jornal **Expressão Universitária**, que chega este mês à edição de número 7, o sindicato também recriou seu sítio na internet, inclusive mudando o endereço, que passa a ser www.sinsepes.org.br, e seu e-mail de contato: sinsepes@sinsepes.org.br. Continuaremos a receber e-mails no endereço antigo durante este ano como fase de transição.

O novo **Expressão Universitária** tem único objetivo: facilitar a leitura dos textos publicados com um desenho mais leve e atrativo. O novo formato, denominado berliner, é mais alto que o tablóide, usado até a edição de dezembro e novembro de 2009, e é semelhante ao aplicado nos jornais *Le Monde*, da França, e *The Guardian*, da Grã-Bretanha. O **Expressão Universitária** também muda de gráfica, migrando para a GPP, de Curitiba, obtendo assim menor custo de impressão e desperdício de papel, passando a imprimir, a princípio, 3 mil exemplares, contra os 4 mil que eram impressos em 2009 na Gráfica da RBS. É também uma decisão política: não alimentar o monopólio midiático da empresa em Santa Catarina. A RBS é dona dos três jornais de circulação estadual e regional: *Diário Catarinense*, *Jornal de Santa Catarina* e *A Notícia*.

Já o novo sítio tem como objetivo funcionar como um arquivo digital das publicações do Sinsepes, bem como vídeos e fotos, além de informar com mais agilidade servidores e a comunidade regional sobre fatos da FURB, do Vale do Itajaí, do Brasil e do mundo. O sítio também trará informações sobre a história do Sinsepes, o contato com os diretores, as pautas de reivindicação e prestações de contas do sindicato. Em Formação, serão disponibilizados textos em PDF e Word para baixar.

Além disso, é possível fazer um pedido de filiação pela internet, bem como deixar seu recado. O site também disponibiliza as leis da FURB, bem como o estatuto do SINSEPES e os contatos com o departamento jurídico do sindicato. E se você não quer esquecer o aniversário de nenhum companheiro de trabalho, o sítio da uma ajudinha nisso.



Novo sítio do SINSEPES melhora comunicação com servidores além de trazer artigos, notícias, fotos, vídeos e mais

Confira o novo sítio em www.sinsepes.org.br e deixe sua opinião, reclame, elogie, sinte-se em casa. Também serão bem recebidas sugestões de pautas e textos, contos, poemas ou cartas para publicação no **Expressão Universitária** e no sítio. Contamos com a sua colaboração! Entre em contato pelo sítio, por email (sinsepes@sinsepes.org.br), telefone (3321-0400) ou venha nos visitar.

Primeiro mundo

A Europa também sofre com a crise e o desemprego. O que mostra que o processo de super-exploração, antes restrito ao sul do mundo, também está chegando no chamado "primeiro mundo". Na última semana 35 mil trabalhadores saíram às ruas de Bruxelas, na Bélgica, numa manifestação por emprego e respeito aos direitos dos trabalhadores.

O ato foi organizado pelas três grandes centrais sindicais do país, os socialistas, os cristãos e os liberais. A diretora de formação do SINSEPES, Catarina Gewehr, estava na Bélgica e acompanhou e também fotografou a manifestação. Ela conta que as agremiações ficam muito bem demarcadas. Os socialistas marcham de capas vermelhas, os cristãos de amarela e os liberais de capa azul.

"Fico pensando é no significado desse tipo de coisa... no primeiro mundo os trabalhadores estão sentindo o influxo da onda... e estão se mexendo... Nos países periféricos parece que isso ainda não foi sentido, mas na medida que a estagnação do modelo capitalista for se tornando impossível de ser negada, o que poderá acontecer? Não sei! Mas Marx saberia dizer...", escreve Catarina.



35 mil trabalhadores pararam para protestar contra exploração (Foto: Catarina Gewehr)

Uma inundação de bondade

POR ANDRYO DIAS, escritor <andryo.dias@gmail.com>

– Fiquei cinco dias ilhado num sítio em Pomerode, sem água, sem energia elétrica e sem comida. Pescávamos peixes na lagoa e assávamos no forno à lenha. Quando consegui voltar à cidade encontrei minha casa debaixo d'água.

– E ainda assim você está aqui. Isso é louvável.

Ouvi esta declaração hoje, em um dos postos de coleta de doações, onde estava trabalhando como voluntário. Horas antes o havia julgado erroneamente, de vista. Recém havíamos engolido um caminhão que trouxera alimentos, na incrível rapidez da força que tirávamos dos urros masculinos que ecoavam no pavilhão – pois ela havia-se esgotado há muito. Sentamos uns poucos minutos para descansar e relaxar matando um cigarro. Ele puxou conversa, então sentei a seu lado e fiquei ali a perceber, apesar de sua frágil estatura, o quão grande ele era, e o quão terrível eu podia ser em meus pensamentos.

Nossa Blumenau está em decreto de calamidade pública, devido ao excesso de chuva. No noticiário acompanhamos relatos de pais de família que perderam tudo; com os próprios olhos acompanhamos os tanques nas ruas que usamos para ir ao trabalho, e no ar os helicópteros vindos de cidades de todo o país. Desabamentos, veículos flutuando, fome, falta de água – potável, claramente –, doenças, covas abertas, pontes caídas, mortes, pessoas desabrigadas e pessoas presas nos morros acenando para os helicópteros, desesperadas por socorro. Parece o *armagedon*, e meus pais o assistem em Minas Gerais, pelo noticiário, agoniados em preocupação, enquanto minhas irmãs mais novas dançam sua inocência na sala. Escrevo da varanda de casa, de físico cansado e mente cada vez mais atribulada, enquanto

assisto a torrente de água que não cessa e me caça.

Bebo para aliviar a dor do coração. Gostaria de crer em um deus qualquer para ter em quem colocar a culpa, mas, melhor que isso, prefiro lembrar o dia de hoje. Para mim, ele não passou. Está encravado em minha memória, e se fortalece enquanto tento segurar uma lágrima. Fico extremamente emocionado neste momento lembrando os detalhes: os carros e caminhões que não paravam de chegar, as homenagens e aplausos em agradecimentos aos caminhões que chegavam de distantes cidades, as comemorações a cada caminhão descarregado ou cheio, os tropeços nas lonas, as piadas sobre nossa própria desgraça do cansaço... Tudo tinha uma beleza sem preço, até quando desloquei minha coluna numa das caixas que carreguei, de mirrado e *fracote* que sou.

O presidente veio à cidade; William Boner apresentou o Jornal Nacional ao vivo daqui; nosso excelente prefeito estava no Jornal do Almoço vestindo capa de chuva e de barba por fazer. Veio Ana Maria Braga, veio fulano, veio cicrano. Veio um monte de gente. Cada um faz sua parte, e com trabalho e dinheiro recuperam-se os bens materiais, reconstrói-se a cidade. Mas hoje, dentre aquelas centenas de pessoas em suas expressões fatigadas, voluntários sorrisos cheios de força reconstruíram solidários espíritos.

Blumenau, 29/11/2008.

PARTICIPE

- Participe da produção do **Expressão Universitária**: envie seus textos, poemas, fotografias, etc para o SINSEPES.

■ Cultura

Participantes da 4ª Conferência Municipal de Cultura reivindicam **maior engajamento da Universidade** com a arte e a cultura produzida na região

Políticas Culturais e o papel da FURB

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, servidor e conselheiro representante dos servidores técnicos no CONSUNI <viegas@furb.br>

Em 2009 a FURB foi alvo de uma série de críticas por parte da comunidade artístico-cultural blumenauense, principalmente em função da suspensão do Festival Universitário de Teatro e do desmantelamento da Divisão de Promoções Culturais. Críticas que se fortaleceram durante a 4ª Conferência Municipal de Cultura.

*Considerando a pertinência e urgência do tema, apresentamos à plenária conjunta CONSUNI/CONSAD, em outubro do ano passado, um breve relato das questões e reivindicações discutidas na Conferência e que dizem respeito a nossa Universidade. Publicamos agora no **Expressão Universitária** a referida comunicação, a fim de que possamos ampliar e aprofundar o debate na comunidade acadêmica naquilo que concerne às políticas culturais, tão necessárias para a plena consolidação de uma Universidade.*

Nos dias 25 e 26 de setembro aconteceu, no auditório da nossa Biblioteca Universitária, a 4ª Conferência Municipal de Cultura de Blumenau, evento que reuniu grande número de artistas e pessoas envolvidas com a produção cultural blumenauense e a qual este Conselheiro se fez presente. O encontro serviu de preparação para a 2ª Conferência Nacional de Cultura, bem como elegeu delegados para a conferência estadual e os representantes da classe artística para o Conselho Municipal de Cultura.

A Conferência era ansiosamente aguardada pelos artistas e produtores culturais, principalmente em face dos debates a respeito da gestão cultural municipal, ocorridos este ano, e da ausência de eventos importantes, como o Festival Universitário de Teatro de Blumenau.

Há muito que os investimentos em produção e distribuição dos bens culturais em nossa cidade vêm sofrendo com o descaso do poder público mu-

OS DEBATES E QUESTÕES LEVANTADOS NA 4ª CONFERÊNCIA MOSTRARAM O QUANTO BLUMENAU CARECE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA E A DISTÂNCIA QUE NOS SEPARA DE MUNICÍPIOS COMO JOINVILLE, ITAJAÍ E JARAGUÁ DO SUL

nicipal e a crítica tornou-se ainda mais contundente nos últimos meses, após declarações da presidente da Fundação Cultural, Marlene Schlindwein, à imprensa local e da não atualização dos valores repassados ao Fundo

Municipal de Cultura, principal estratégia de financiamento da produção artístico-cultural blumenauense. Devemos considerar ainda a participação do reitor da FURB, Eduardo Deschamps, em mesa redonda que integrou o Festival Nosso Inverno (02 de agosto de 2009), oportunidade em que a Universidade foi questionada a respeito da não realização do Festival Internacional Universitário de Teatro, bem como sobre sua política cultural e a desarticulação da Divisão de Promoções Culturais (DPC). A manifestação do reitor permitiu à comunidade artístico-cultural presente entender que constatou-se equivocada a decisão de suprimir a DPC, bem como a possibilidade da atual gestão rever tal posicionamento.

Os debates e questões levantados na 4ª conferência mostraram o quanto Blumenau carece de políticas públicas para a cultura e a distância que nos separa de municípios como Joinville, Itajaí e Jaraguá do Sul, cidades cujos investimentos e estratégias encontram-se muito mais avançados. A Conferência apontou também diretrizes para a política cultural local. Dentre estas destacam-se o investimento cultural para a promoção da cidadania plena, o

pleno reconhecimento da diversidade cultural e identitária (modificando-se o atual modelo, que privilegia os investimentos na construção do germanismo), a ampliação dos recursos repassados ao Fundo Municipal de Cultura e a transformação do Conselho Municipal de Cultura em instância deliberativa.

No que tange diretamente à FURB, a Conferência demonstrou a preocupação da sociedade civil para com as políticas culturais implementadas na/e a partir da Universidade. Diferentemente daquilo que pudemos inferir do senso comum, produtores culturais e artistas estão atentos ao que acontece na FURB, consideram-se partícipes de sua realidade e reivindicam maior engajamento institucional desta instituição de ensino superior com a realidade artística e cultural de Blumenau.

A Plenária da 4ª Conferência Municipal de Cultura apontou a necessidade da Universidade se inserir enquanto pólo de criação, pesquisa, discussão, fomento e

disponibilização de bens artístico-culturais; questionou o desmantelamento da DPC e pediu a criação de um órgão específico para pensar e promover políticas culturais no âmbito da furb; reivindicou a realização do Festival Internacional Universitário de Teatro em periodicidade anual

já a partir de 2010; defendeu o investimento público nos cursos de licenciatura e bacharelado que formam profissionais voltados ao ensino, pensar e produção artístico-cultural e apontou a necessidade da furb ampliar e promover seus espaços de promoção artística. Emblemática a observação de alguns conferencis-

tas, que afirmaram que em Blumenau há mais espaço para exposições de arte nos bares do que nos saguões e salas da FURB. Importantíssimo, também, o posicionamento claro dos artistas e promotores culturais reunidos nesta Conferência em defesa da urgente implantação da Universidade Federal de Blumenau, e a reivindicação para que o patrimônio físico, intelectual e humano da FURB seja considerado e

EMBLEMÁTICA A OBSERVAÇÃO DE ALGUNS CONFERENCISTAS, QUE AFIRMARAM QUE EM BLUMENAU HÁ MAIS ESPAÇO PARA EXPOSIÇÕES DE ARTE NOS BARES DO QUE NOS SAGUÕES E SALAS DA FURB

incorporado a esta Universidade Federal.

Considerando o caráter público e comunitário da FURB, conclamo este Conselho Universitário, bem como aos gestores desta Instituição, que considerem as deliberações desta 4ª Conferência Municipal de Cultura, principalmente naquilo que toca diretamente à FURB. Tais deliberações estarão brevemente socializadas através dos Anais do evento, a serem publicados pelo Conselho Municipal de Cultura.

Enquanto Universidade, enquanto Instituição Pública, enquanto espaço democrático de fomento ao debate e à plena realização humana, enquanto patrimônio comunitário da sociedade que ajudou (a ajuda diariamente) a construir a FURB desde 1964, não nos cumprem ouvidos moucos, mas sim atentos àquilo que clama a sociedade a quem devemos prestar contas e a quem significamos nossa existência e relevância.

Que este Conselho possa reconhecer a legitimidade das deliberações desta 4ª Conferência Municipal de Cultura, e que nossa Administração Superior possa se sensibilizar para a necessidade do fomento à produção e distribuição dos bens culturais como estratégia fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a plena realização humana.



■ Fórum Social Mundial

Evento volta a Porto Alegre após quatro anos pensando em como concretizar sua força através de ações que lutem contra os avanços do neoliberalismo

Desafios para um outro mundo possível

POR LEO LAPS, jornalista do SINSEPES <leolaps@gmail.com>



Marcha de abertura do Fórum reuniu milhares de pessoas no centro de Porto Alegre (Fotos: Leo Laps)

HÁ UMA MULTIPLICAÇÃO DE ENFRENTAMENTOS NO MUNDO. MUITAS REBELIÕES FORAM FORTEMENTE MOSTRADAS PELA MÍDIA, OUTRAS NÃO. EU CONTEI, EM 2009, MAIS DE 500. ELAS ESTÃO CRESCENDO, E A MÍDIA NÃO ESTÁ INTERESSADA NISSO, POR ISSO, NO MÁXIMO, MOSTRA IMAGENS DOS PROTESTOS. MAS NÃO EXPLICA EXATAMENTE O PORQUÊ DELAS

Alain Bertho,
professor da Universidade de Paris (França)

“UMA CONCEPÇÃO DE MUNDO NÃO ESTÁ SEPARADA DO COTIDIANO DA PESSOA. HÁ UM DOCUMENTO DO GOVERNO NORTE-AMERICANO, FEITO EM 1930, QUE INFORMA QUE PROPRIETÁRIOS DE CASAS NÃO ENTRAM EM GREVES, NÃO RECLAMAM, PORQUE ESTÃO ENDIVIDADOS E NÃO PODEM SE ARRISCAR. O MITO DA PROPRIEDADE PRIVADA SERVE AGORA PARA CONTROLE SOCIAL. ELE ESTÁ NA ORIGEM DA ATUAL CRISE NORTE-AMERICANA. POR ISSO AFIRMO QUE É PRECISO DESTRUIR CERTAS CONFIGURAÇÕES DE CIDADES PARA TORNÁ-LAS DEMOCRÁTICAS. A PROPRIEDADE PRIVADA E SUA VALORIZAÇÃO FLUTUANTE, POR EXEMPLO, FAZ COM QUE AS PESSOAS NÃO QUEIRAM IMIGRANTES EM SEUS BAIRROS”

David Harvey,
professor da Universidade de Nova Iorque (EUA)

VEJA MAIS

Fotos
• www.sinsepes.org.br Veja na galeria do site mais fotos do FSM 2010.

Predio da Comunidade Autonomo Utopia e Luta, que defende políticas habitacionais na capital gaúcha

É o caso do professor Helmut Thielen, coordenador geral do Instituto von Humboldt de Formação, Publicação e Pesquisa para uma Cidadania Latino-Americana de Caráter Bolivariano (Icibola). Para o alemão, residente na América Latina há 15 anos, o Fórum fracassará se não se tornar um centro de formação, teórica e prática, dos cidadãos interessados em lutar contra a hegemonia neoliberal. Para ele, isso começa no que seria o mais urgente dos problemas: como evitar as guerras e o belicismo antes que elas destruam as pluralidades? “Apesar de todas as carências existentes e das demais tarefas não solucionadas pelo FSM, não é possível fazer milhares de coisas simultaneamente e com força total. Se o Fórum quer combater o neoliberalismo com eficácia, então as guerras devem ser sua prioridade absoluta, com força total”, argumenta o professor no livro *O Fórum Mundial Tem Futuro?*, que vendia em CD com arquivos PDF, por três reais, enquanto zanzava entre um seminário e outro.

Espaço plural

Desde 2005 o FSM não era sediado na capital gaúcha. Em janeiro deste ano, ele teve como principal mudança a descentralização dos eventos, que passaram a ocorrer não apenas em Porto Alegre, mas em mais seis cidades da região metropolitana, o que acabou dispersando seus 35 mil participantes. A exceção ocorreu na marcha de abertura do Fórum, que parou o centro de Porto Alegre reunindo milhares de pessoas. O SINSEPES esteve presente no ato com uma faixa de campanha pela federalização da FURB. Uma das principais críticas, ao lado da constante falta de informações certas sobre horários e locais das centenas de oficinas e palestras que ocorreram nos cinco dias de Fórum, foi o local do Acampamento da Juventude. Os estudantes, importantes atores do processo do encontro, ficaram isolados em Novo Hamburgo, há quase 50 quilômetros do Gasômetro, sede



do evento em Porto Alegre.

Mesmo assim, o espaço para manifestações plurais estava nas ruas da capital, no caminho entre um seminário e uma palestra, em barracas armadas à beira do Rio Guaíba, onde grupos como o jornalista aposentada Tânia Faillace defendiam causas e mostravam maneiras de atuar localmente. No caso, evitar que a vista deste rio seja “privatizada” através da construção de luxuosos prédios de até 100 andares em suas margens. Quando revelamos que vínhamos de Blumenau, ela lamentou, lembrando o projeto de urbanização da margem esquerda levado pelo governo JK: “aqui usamos a cidade de vocês como exemplo a não seguir”.

Na Avenida Borges de Medeiros, a Comunidade Autônoma Utopia e Luta comemorava os quatro anos de ocupação de um prédio até então abandonado no viaduto Otávio Rocha, local usado por pichadores e grafiteiros, para expressar opiniões, e moradores de rua, para dormir. O local agora serve como centro de arte, cultura e formação política. No terraço, o grupo preparava a criação de uma horta orgânica.

A violência e o extermínio de jo-

vens na América Latina, o desenvolvimento de cidades sustentáveis, os malefícios da publicidade para crianças, os direitos das comunidades quilombolas e indígenas, o uso da tecnologia para o bem-comum, o agronegócio e a comida envenenada, o futuro do Pré-Sal e do próprio planeta. A variedade de lutas é a de problemas existentes. Por onde se começa a luta para eliminá-los: do quintal de casa ou dos encontros mundiais de líderes midiáticos? Destas milhares de pessoas que foram ao Fórum, boa parte parece ter escolhido, deste turbilhão de necessidades, uma causa para se dedicar. Para o colombiano Hildebrando Vélez Galeano, do *Amigos de la Tierra*, há um processo de conscientização em andamento. “É preciso seguir espalhando informações”, disse ele.

Ano que vem, o Fórum Social Mundial acontecerá em Dacar, no Senegal. Será uma nova oportunidade para o encontro se reinventar e, além de debater e refletir sobre o futuro do planeta e da humanidade, partir para ações concretas para que outro mundo, menos ganancioso e mais solidário, possa se tornar mais real.

SE A COP15 FOI APONTADA COMO UM FRACASSO PELA PRÓPRIA MÍDIA, SÓ ISTO JÁ MOSTRA QUE HÁ UM MOVIMENTO CRESCENTE POR MUDANÇAS. AQUELE ENCONTRO MOSTROU A FALTA DE DEMOCRACIA E OS PROBLEMAS MAIS ATUAIS DA ABORDAGEM ‘DESENVOLVIMENTISTA’ DO MUNDO, QUE NÃO TEM SOLUÇÕES PARA ESTA CRISE

Nicola Bullard,
pesquisadora australiana que atua na Focus On The Global South (Tailândia)

NÃO É COM ASSISTENCIALISMO NEM SALVACIONISMO QUE VAMOS QUEBRAR A LÓGICA DO EXTERMINIO DOS JOVENS. ELES PRECISAM SER CAPAZES DE GERAR SUAS PRÓPRIAS ORGANIZAÇÕES, DEVEM APRENDER A SE SUSTENTAR ATRAVÉS DE COLETIVOS

Renato Rosena,
advogado, em palestra da Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens (Brasil)

UMA CIDADE SE CONSTITUI DE ÊXODOS RURAIS, E ISSO HOJE É DE UM NÍVEL PLANETÁRIO — INCLUSIVE CLIMÁTICO. ENTRETANTO, VÁRIAS NAÇÕES QUEREM BARRAR ISTO. UM MUNDO BOM É UM MUNDO QUE PERMITE MIGRAÇÕES, ONDE QUEM MIGRA TEM DIREITO DE IR E VIR

Gustave Massiah,
da Associação Internacional de Técnicos, Peritos e Pesquisadores Científicos (França)

SEMPRE TRATAMOS A NATUREZA COMO UM ESCRAVO SEM DIREITO NENHUM. É PRECISO PASSAR A DAR DIREITOS À NATUREZA

Segio Hinojosa Singuri,
do Conselho Nacional de Comunidades (Ayllus) e Distritos do Qollasuyo (Bolívia)



Palestrantes do mundo inteiro participaram de seminários sobre temas variados como meio-ambiente, economia e política internacional

Política e Universidade

O dilema das eleições para reitor em 2010 na FURB

O nome da coisa e a coisa do nome

POR CATARINA GEWEHR, professora da Furb e diretora de formação do Sinsepes <cgewehr@hotmail.com

Acompanhar os debates em torno do processo de escolha do próximo reitor da FURB nos leva a – entre outros tantos expedientes - pensar que o plano jurídico e o plano político não se constituem como opostos produtores de um tipo de tensão contraproducente à institucionalidade.

A instituição Universidade se faz, justamente, da busca ativa e criadora sobre aquilo que se tornando problemático a partir do real, a ele deve tornar ou pelo modo resolutivo ou, ao menos, pela condição de mediadora da condição constituída na relação conflito/tensão. Os planos jurídico e político constituem campos da ação humana que necessariamente precisam ser pensados, constituídos e reconstituídos, sempre que o dimensionamento do real assim o exigir. Daí que a tarefa reflexiva - própria ao que a universidade deve produzir à sociedade - nos impõe a percepção de que o nome da

QUANDO A PLURALIDADE E O PENSAMENTO CIENTÍFICO-UNIVERSALISTA NÃO CONSTITUEM A REFERÊNCIA DE BASE DE UMA INSTITUIÇÃO QUE PRETENDE OFERECER/REALIZAR ENSINO SUPERIOR; QUANDO ESTES ELEMENTOS NÃO ESTÃO PRESENTES ENTRE TODOS OS QUE FAZEM PARTE DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA, DE FATO SE PODE DIZER QUE ESTA É UMA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA?

coisa, quando adentra a experiência cotidiana, se torna a coisa do nome. Tal relação, rica em termos de tensão teórica, nos permite contatar que refletir em torno do nome da coisa implica, necessariamente, pensar a coisa do nome.

Fazendo prevalecer o senso acadêmico pelo qual a instituição universidade se dispõe à experiência social, torna-se importante que passemos a trabalhar reflexivamente com o aporte que nos oferecem as idéias de sentido e significado, tal como se apresentam a partir do pensamento de Lev Vigotsky. Sentido e significado constituem elementos seminais da teoria vigotskiana e em muito podem colaborar para a explicitação dessa relação entre o nome da coisa - plano jurídico - e a

coisa do nome - plano político.

O nome da coisa é o que, em Vigotsky, podemos encontrar como sendo o significado; aquilo que se compartilha socialmente e é reconhecido de imediato no contexto de uma determinada comunidade. De tal modo o significado conjuga as capacidades compreensivas de um agrupamento humano - o uso dos códigos lingüísticos oferece exemplo seguro disso - que, em certa medida,

podemos dizer que os agrupamentos humanos, as comunidades locais, nacionais e até mesmo a comunidade planetária somente se tornam possíveis em torno de significados que tornam viável por em comum as experiências vividas.

É no campo da experiência vivida, da cotidianidade, que o nome da coisa passa à condição de expressão política. Tal passagem demarca aquilo que Hannah Arendt indica como sendo o oikós do homem e que torna-se expressa na dimensão do que conhecemos como política. Nela os significados passarão a ser fonte de um tipo de tensão que propriamente produz o sentido da vida humana por meio da negociação entre o nome da coisa - significado - e a coisa do nome - o sentido.

Tendo como ponto de partida esta breve reflexão inicial, o propósito deste texto é recuperar, criticamente, alguns nomes pelos quais as coisas são reconhecidas na FURB. A partir desta recuperação tentar-se-á demarcar quais as condições necessárias para que se produzam sentidos comuns capazes de contribuir para a realização do fato universitário que há tanto tempo essa Instituição vem lutando por constituir.

Do real, pela teoria, ao real

O que é, afinal, a instituição universidade? Para muitos ela responde a um projeto constrito à formação técnico-profissional da força de trabalho necessária ao mercado. É o mercado que estabelece a propriedade e as possibilidades operacionais do que a universidade deve cumprir. Tudo isso é fato, é verdade e, contudo, apenas parcialmente real.

A instituição universitária não nasce e nem se mantém em sua singularidade apenas por cumprir os ritos que a fazem útil ao mercado. Ela é, inegavelmente, propriedade da história humana que tem início muito antes do modo capitalista iniciar sua operação daquilo que hoje responde pelo nome de mercado. Daí sua fundamental condição de espaço prenhe de contradições; espaço que funda sentidos que se ordenam em novos significados na medida em que os acordos políticos evoluem por meio de um debate amplo, crítico e propositivo.

O que se pode observar na FURB, em relação ao processo de escolha do próximo reitor, é uma quase total ausência dessa condição que faz que a produção dos sentidos se torne capaz de constituir significados ordenadores de um cotidiano em que os atos da e na FURB sejam, de fato, universitários.

Quando a pluralidade e o pensamento científico-universalista não constituem a referência de base de uma instituição que pretende oferecer/realizar ensino superior; quando estes elementos

A HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA, PARA ALÉM DE PRODUZIR-SE EM FUNÇÃO DAS REGRAS DITADAS PELO MERCADO, ESTÁ MARCADA POR UMA CONTRIBUIÇÃO DECISIVA À CONSOLIDAÇÃO DE UM PAÍS DEMOCRÁTICO, PLURAL E RICO PARA ALÉM DE SEUS LIMITES ECONÔMICOS

não estão presentes entre os que deveriam ser todos os que fazem parte da comunidade universitária, de fato se pode dizer que esta é uma instituição universitária?

A experiencição de um processo político, sem que seja tomada em conta a força de alguns im-

portantes determinantes históricos que marcaram a sociedade brasileira nos últimos 40 anos, acaba por hipertrofiar a dimensão que o campo jurídico pode alcançar em tal processo.

Daí que a regulação política daquilo que se pensa como jurídico torna-se absolutamente necessária.

A interrelação jurídico/político

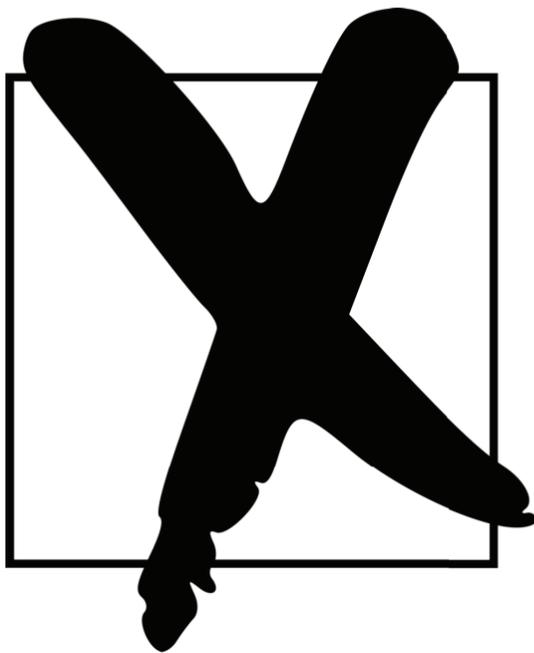
Os códigos, as leis e seus enunciados não constituem, em absoluto, produções que não podem ser tocadas pela capacidade que nos torna humanos e que é o fundamento do oikós de Arendt. Precisamos lembrar, no processo que a FURB está vivendo, que a história da instituição universitária brasileira, para além de produzir-se em função das regras ditadas pelo mercado, está marcada por uma contribuição decisiva à consolidação de um país democrático, plural e rico para além de seus limites

COMO PARTE DESTE IDEAL DEMOCRÁTICO, TORNA-SE PRATICAMENTE IMPOSSÍVEL NÃO PRODUZIR UMA CRÍTICA À IDÉIA DA PROPORCIONALIDADE TAL QUAL ESTÁ PRESENTE NA LDB E POR MEIO DA QUAL OS DOCENTES SE TORNAM CRIATURAS ACIMA DO BEM E DO MAL, CRIATURAS INSTITUÍDAS DE UM PODER QUE SOMENTE SE SUSTENTA NA IDÉIA DE UMA PEDAGOGIA AUTORITÁRIA

econômicos. Como realizar sua tarefa universalista apartada da história? Como responder com coerência ética, ao que de humano uma universidade tem como responsabilidade realizar, se à hipertrofia do campo jurídico produz-se como prejuízo político à tarefa universalista da universidade?

De fato é preciso compreender que na FURB essa hipertrofia tem relação com a perspectiva do positivismo jurídico onde só é Direito, conforme expresso pelo pensamento de Otfried Höffe, aquilo que o poder dominante determina e o que ele determina só é Direito em virtude dessa circunstância. Daí ser necessário refletir que, conforme Höffe, o campo referido ao jurídico, ao Direito, é muito mais amplo do que o campo da legalidade formal e, com tal, elementos como ética e valores reconhecidamente humanos lhes são inegavelmente constituintes. Por certo que as complexas negociações relacionadas ao campo do que seja ético e possua valor humano é a dura batalha a ser vencida entre o nome da coisa e a coisa do nome; entre aqueles sentidos restritos a grupos e interesses que, na disputa pelo poder, pretendem-se como significados a dominar corpos e consciências, processos e instituições.

Nessa conturbada relação de busca de prevalência entres os tantos e distintos sentidos que os significados podem chegar a ter em uma instituição complexa com a universidade, por certo que seria muito mais produtivo fazer prevalecer aquele tipo de força que nasce do diálogo amplo e, por isso mesmo plural. O reconhecimento da necessidade de um diálogo que se produza a partir da exata e complexa dinâmica da realidade sobre o qual se refere, necessariamente implica a superação das visões parciais que se possa ter dessa realidade. Não seria, então, mais útil e coerente aos fins da universidade, que a democracia ampla, plural e participativa prevalecesse por sobre algo que, muito



facilmente, poderia ser designado como uma espécie de ilusão democrática? Produzir um debate sobre percentuais de votos, apartando de tal debate o sentido que o institui, é contribuir para a instituição de votantes, mas não de eleitores. Vale lembrar que votantes são todos aqueles que se experimentam ao desabrigo do oikós, que se experimentam como pessoas que vêm na política um incômodo e a perpetuação da impotência humana.

O ideal democrático e a LDB

O ideal democrático configurado pelo debate pluralista e crítico da realidade, parece ser o que melhor se pode adequar à tarefa social maior que a universidade tem a cumprir no seio de uma sociedade além-mercado. Como parte deste ideal democrático, torna-se praticamente impossível não produzir uma crítica à idéia da proporcionalidade tal qual está presente na LDB e por meio da qual os docentes se tornam criaturas acima do bem e do mal, criaturas instituídas de um poder que somente se sustenta na idéia de uma pedagogia autoritária em que o saber é produto de quem tem, de antemão, o conhecimento e isso se produz como verdade suficiente para instrução de um poder político enviesado e nada pluralista.

Tomando por base o pensamento de produtores de conhecimentos e saberes sobre o ato de conhecer humano – Vigotsky, Piaget, Wallon, Freire, Fals Borda, entre outros tantos – é mais do que sabido/comprovado que o domínio sobre um determinado elemento do real nunca é produção de ações individuais, ainda que possa ser realizado por um indivíduo. Uma tal concepção sobre a aprendizagem

de saída disporia à universidade um modo de agir politicamente que fosse educativo. Como explicar que em um espaço que deveria ser essencialmente marcado pela pluralidade, pelo debate crítico e propositivo do real, a escolha dos corpos dirigentes aconteça tão distante do compromisso formativo de todos os entes que a constituem? Todos deveriam poder dizer o que querem de um reitor, de um diretor de centro, de um chefe de departamento, de um coordenador de colegiado.

Por certo que a dificuldade de manter um processo de qualificado debate em torno do processo de escolha dos novos gestores da universidade para o período 2011/2014 está vinculada ao que, de fato, a vivência política em uma sociedade democrática é capaz de produzir: homens e mulheres livres; seres que se negam à subserviência como lógica de vida. É importante lembrar que muito dessa dificuldade está atrelada ao que é capaz de qualificar o voto. E o que produz mais qualificação de um voto do que a expressão livre de uma consciência capaz de fazer crítica sobre seu próprio fazer? Através do processo eleitoral os membros da comunidade universitária, de modo inegável, apontam qual o projeto de universidade deverá prevalecer e qualquer outra condução à reitoria, que não seja a expressão da vontade da comunidade universitária terá, de modo inequívoco, o nome de golpe.

Para além das eleições

Mas em torno da questão relacionada à eleição dos novos dirigentes da FURB - e em nome do fortalecimento da frágil tradição democrática da qual a universidade também é consti-

tuinte - o que deve estar sob ponderação, para além da escolha dos dirigentes universitários, é a mudança de uma regulamentação retrógrada, sem sustentação na política de uma sociedade em busca de aprimoramento cultural e ético. O que é preciso ser feito está determinado pela união de esforços em torno da mudança da previsão da LDB, onde o lugar de excelência é ocupado pelos professores, em função de uma concepção restritiva do conhecimento científico determinado pelo modo de pensar/fazer positivista. A universidade precisa colaborar para a produção de novas posições culturais, políticas e sociais. Nesse esforço, também deve contribuir para a produção de novos ordenamentos legais em que a figura da justiça seja o princípio regulador da lei criando, assim, condições que dêem sustentação a idéia da liberdade política como aquela que Hannah Arendt diz ser a expressão de “um mundo no qual a pluralidade é parte essencial e produto da ação contínua dos homens. Nesse sentido, o ato de fundação, a criação de novos espaços humanos, é o ato que melhor expressa nossa capacidade de inventarmos nossa condição de seres livres”.



Arte sobre reprodução (Imprimerie La Concorde, Lausanne, França, 1928)

Movimentos sociais

Prisão "preventiva" de integrantes do Movimento Sem-Terra em Imbituba é repudiada por mais de 50 entidades sindicais

A criminalização de quem busca justiça

Mais de 50 entidades sindicais, representantes de universidades, professores, partidos políticos, deputados e juristas participaram, no dia 29 de janeiro, uma sexta-feira, do ato de apoio ao MST de Santa Catarina. A atividade condenou a prisão arbitrária do coordenador do MST de SC, Altair Lavratti, do militante Rui Fernando da Silva Júnior, e da líder comunitária Marlene Borges. Lavratti foi algemado e preso em Imbituba, quando participava de uma reunião com catadores de material reciclado, num galpão, um dia antes. Marlene e Rui foram presos na manhã do dia 29, depois de se apresentarem voluntariamente. Rui também foi algemado.

As acusações envolvem esbulho possessório (tomada violenta de um bem), formação de quadrilha e incitação à violência, e segundo a PM, foram "preventivas", ou seja, para evitar que os supostos crimes fossem cometidos. As investigações começaram em dezembro, no entanto, há mais de 10 anos o MST participa de encontros com a comunidade local, informando as famílias sobre seus direitos.

A área de 200 hectares, principal motivação das ações, pertence ao Governo Federal e foi cedida ao Governo do Estado para formação de uma Zona de Processamento de Ex-

JURISTAS PRESENTES AO ATO DESTACARAM AS PRISÕES COMO ARBITRÁRIAS E ILEGAIS, PELA UTILIZAÇÃO DE ESCUTAS CONSIDERADAS CRIMINOSAS PELA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), PELO USO INDISCRIMINADO DE ALGEMAS, ALÉM DO CONFLITO DE COMPETÊNCIAS

portações (ZPE) em 1996, no entanto, desde então está abandonada. "O objetivo das reuniões era informar as pessoas sobre seus direitos e mostrar que o MST está solidário às lutas das famílias exploradas também nas cidades", explicou o coordenador do MST, Lucídio Ravello. O problema, segundo a comunidade local, é a privatização dos espaços, sem chance para que as famílias possam utilizar-se de uma área que é pública.

Denúncias descabidas

Uma das acusações que causou revolta ao MST é a denúncia, por parte da PM, de que pessoas estariam recebendo dinheiro para participar de mobilizações na região de Imbituba. "Isso nunca ocorreu. É um absurdo gigantesco que não tem qualquer ca-



bimento. Respeitamos a vontade da comunidade local e é só. Gostaríamos de saber de onde a polícia tirou esse tipo de calúnia", afirmou Ravello, que desafiou a PM a apresentar provas de que esse tipo de ação ocorreu.

Prisões arbitrárias e ilegais

Juristas presentes ao ato destacaram as prisões como arbitrárias e ilegais, pela utilização de escutas consideradas criminosas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo uso indiscriminado de algemas, além do conflito de competências em razão da investigação realizada por uma polícia cuja atividade é amplamente questionada dentro do próprio sistema de segurança – a P2, serviço de inteligência da Polícia Militar de SC. "Acredito que esse é o momento de começarmos aqui uma discussão muito mais ampla, sobre as razões e motivações desses casos de crimina-

lização que se repetem em diversos estados", afirmou o doutor em direitos humanos e desenvolvimento, advogado Prudente José Silveira Mello, também conselheiro do Comitê de Anistia do Ministério da Justiça.

Em 6 de agosto de 2009, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA divulgou sentença condenando o Brasil pelo uso de interceptações telefônicas ilegais, em 1999, contra associações de trabalhadores rurais ligadas ao MST no Paraná. O Estado brasileiro foi considerado culpado pela instalação dos grampos, pela divulgação ilegal das gravações e pela impunidade dos responsáveis.

Prudente ainda destaca que Altair Lavratti não teve respeitado o direito de contatar um familiar ou qualquer conhecido, para informar sobre sua prisão. Autoridades locais, advogados e representantes do MST somente conseguiram localizar Lavratti às

8h da manhã da sexta-feira, quase 10 horas depois da prisão. "Ele foi isolado de forma ilegal. Ninguém o encontrava em qualquer local e as autoridades não informavam sobre onde ele poderia estar", disse.

Em nota, o Movimento em SC destaca que "a prisão de homens e

ESTAS PESSOAS FORAM DETIDAS MESMO SEM COMETER QUALQUER CRIME, APENAS PELO FATO DE TRABALHAREM JUNTO ÀS FAMÍLIAS NO ESCLARECIMENTO DE SEUS DIREITOS ENQUANTO CIDADÃOS E CIDADÃS

trecho de nota divulgada pelo MST

mulheres ligados ao MST, além de líderes comunitários, quando realizavam uma reunião com integrantes da comunidade, em Imbituba, demonstra uma faceta controversa do Estado, do poder policial e de uma parcela do judiciário. Estas pessoas foram detidas mesmo sem cometer qualquer crime, apenas pelo fato de trabalharem junto às famílias no esclarecimento de seus direitos enquanto cidadãos e cidadãs."

Outra questão controversa do episódio é a participação do Ministério Público nas investigações. Foi o MP quem solicitou à justiça a quebra do sigilo telefônico de integrantes do MST, e também quem organizou, junto da PM, a prisão preventiva dos representantes do movimento. "O MST, como já ocorreu com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), é vítima de uma ação orquestrada que utiliza como artifício a prisão "preventiva" por "suspeita de invasão". Para a polícia e para o poder judiciário, pelo que se entende a partir desta ação, reuniões que envolvam sindicalistas e lutadores sociais passam a ser "suspeitas" e, sendo assim, são passíveis de interrupção e prisão", destaca o movimento na nota divulgada na manhã de sexta-feira.

Durante o ato, os representantes de mais de 50 entidades assinaram uma moção de apoio ao MST, e de repúdio à ação da Polícia Militar e do Judiciário.

PARA SABER MAIS

Texto

- www.sinsepes.org.br No link Formação o SINSEPEs disponibiliza a cartilha A Ofensiva da Direita para Criminalizar os Movimentos Sociais no Brasil, produzido pela Via Campesina, em PDF

Mobilidade Urbana

Prefeitura e Consórcio SIGA aumentam tarifa de transporte em 28% baseados em “critérios técnicos” que desestimulam o uso do ônibus em Blumenau

A passagem como mercadoria

POR LEO LAPS, jornalista do SINSEPES <leolaps@gmail.com>

A partir do dia 04 de abril, é bom ter um cartão SIGA com créditos à disposição quando embarcar em um ônibus municipal. Caso contrário, será preciso desembolsar R\$ 2,95 por viagem. Com o passe de plástico, são 40 centavos a menos, R\$ 2,55 – isso já a partir de 19 de fevereiro. O aumento, de 28%, foi acertado entre prefeitura municipal e consórcio SIGA porque, de acordo com os dois, o número de passageiros está diminuindo e os custos para manter os veículos rodando aumentaram. Hoje, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 37 milhões de brasileiros não tem acesso à transporte coletivo devido ao preço da passagem. A teoria - e a prática também - demonstram que há um “círculo vicioso”: quanto mais cara a tarifa, menos pessoas andam de ônibus, optando pelo carro, moto, bicicleta, pelos pés. Como a conta feita pelos ecônomos das empresas para calcular o preço da passagem é custos de manutenção e salários divididos pelo número de passageiros, quanto menos passageiros, mais cara a tarifa.

Claro, há ainda o lucro, que no caso do SIGA, de acordo com o presidente do Seterb, Rudolf Clebsch, deve corresponder a pelo menos 5% do patrimônio do consórcio, que conta hoje com 258 ônibus cujos valores, quando novos, variam de R\$ 202 mil (microônibus) a R\$ 560 mil, segundo planilha fornecida pelo prefeito João Paulo Kleinubing e SETERB (onde estavam os representantes do SIGA?) em audiência requerida por líderes sindicais e trabalhadores uma semana antes do aumento. Uma mobilização em frente à prefeitura, marcada para o dia 18 de fevereiro, às 14h, véspera do novo preço da passagem de ônibus, marca mais uma demonstração de indignação dos movimentos sociais e trabalhadores blumenauenses com um aumento considerado abusivo quando se trata de um serviço tão criticado como o oferecido pelo SIGA: as reclamações vão da higiene de ônibus e terminais, aos atrasos e superlotação dos ônibus, a falta de horários para linhas com menor média de passageiros, entre outros.

Tarifa zero?

Atualmente, e ainda em tom de utopia aqui no Brasil, discute-se a possibilidade de o transporte público ser gratuito para todos os cidadãos. De

SEM SAÍDA

© Andy Singer

Dirigir para trabalhar/Trabalhar para dirigir



acordo com o site *Free Public Transports*, 19 cidades do mundo, espalhadas por China, Bélgica, EUA, França, Suécia, Itália, Croácia e Inglaterra, não cobram tarifa dos passageiros. Em entrevista publicada no site *TarifaZero.org*, o professor da UNB Paulo Cesar Marques da Silva, membro da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes (ANPET), concorda com o aporte de recursos públicos para o transporte público. “É um serviço público e, como tal, não deve ser financiado por seus usuários diretos. Concordo com a idéia de que a prestação do serviço deve ser garantida com recursos públicos, oriundos da arrecadação de tributos cobrados de toda a sociedade. Concordo também com a criação de contribuições dos beneficiários (setores econômicos que lucram com a existência de serviços de transporte de qualidade) e dos demais usuários da infraestrutura viária (o pedágio pago pelos usuários do automóvel, por exemplo)”, afirmou o professor.

Quando o preço da passagem aumenta, restringe o direito de ir e vir dos mais pobres. O transporte vira merca-

doria que gera lucro para as empresas do setor. Se não há dinheiro para andar de ônibus, uma pessoa só pode circular em uma área restrita da cidade, o que dificulta inclusive a procura por emprego. Assim, o aumento afeta diretamente o orçamento familiar e obriga os usuários a se deslocarem menos vezes ou arranjar alternativas ao ônibus. Blumenau vem sentindo, principalmente nos últimos dois anos, um aumento expressivo na frota de carros e motocicletas, prestes a ultrapassar os 200 mil em uma cidade com pouco mais de 300 mil habitantes, ou seja, 1,5 carros/motos para cada habitante. A consequência está nos engarrafamentos diários, na poluição (do ar e nos ouvidos), nas colisões de trânsito (chamados de “acidentes”), na superfície asfaltada que, com frequência cada vez maior, alaga a cidade a cada chuva mais forte. Está do endividamento de quem passa até 80 meses pagando prestações, nos gastos públicos cada vez maiores com emergências e soluções para o trânsito.

O prefeito Kleinubing afirma que o aumento é uma decisão baseada em números, “técnica”, e não “política”. Há

controvérsias. Quando se invoca a manutenção dos cargos de cobrador e os direitos dos trabalhadores do consórcio para justificar o aumento, o poder público está colocando trabalhadores contra trabalhadores. Quando oferece um custo menor apenas para quem usa o cartão, está favorecendo a empresa, que ganha adiantado o dinheiro das passagens com a justificativa de que o cartão agiliza o sistema – mesmo quando cobradores do próprio SIGA relatam que o cartão vive falhando e que as saudosas fichinhas, negociáveis para quem não as usa mais (ao contrário do cartão, que é intransferível) eram bem mais rápidas.

Clebsch, entretanto, garante que a decisão de instalar corredores exclusivos para ônibus e um sistema integrado de ciclovias, ambos para 2010, vão dar problema para o prefeito. “O sistema de transporte público está em crise de credibilidade. Os corredores de ônibus e outras mudanças vão restringir o uso do carro, vão tirar vagas de estacionamento”, afirma Clebsch, prevenindo reclamação massiva de quem está acostumado ao veículo individual. A contrapartida da prefeitura para as críticas, segundo o diretor do SETERB, será oferecer um sistema de transporte de alta qualidade.

O usuário do sistema de transporte coletivo, o cidadão que usa o ônibus para trabalhar, para passear com a família, tem tido um papel muito passivo no “círculo vicioso” que faz a passagem ser cada vez mais cara. O Movimento Passe Livre (MPL) surgiu justamente de uma situação de revolta ocorrida em Salvador, Bahia, em 2003, quando estudantes e trabalhadores pararam a cidade por 10 dias para protestar contra o aumento das tarifas. Em 2004, a Revolta das Catracas, em Florianópolis, também ganhou os noticiários do país inteiro. O MPL defende um sistema público de transporte, livre da iniciativa privada, combinada à autogestão dos transportes pelos passageiros e trabalhadores do setor.

PARA SABER MAIS

Páginas na internet

- www.mpl.org.br Site oficial do Movimento Passe Livre
- www.tarifazero.org Funciona como uma central de informações sobre transporte coletivo no Brasil

Charge

- www.andysinger.com A página traz mais charges de Andy Singer, que já haviam ilustrado os cartazes do debate sobre mobilidade urbana que o SINSEPES fez em setembro de 2009



(Para Didier Dominique e o povo do Haiti)
(e para meu pai, Roland Klueger, que faria 88 anos no último 17 de janeiro)

POR URDA ALICE KLUEGER, escritora e historiadora

FRAUMA VEZ UM REI E UM MENINO.

Fico pensando se há alguma palavra que signifique, ao mesmo tempo, exaustão, terror, desespero e desesperança, tudo isto somado e elevado a décima potência, mas não encontro tal palavra. Só que era bem assim que estava o menino: tinha dois anos, encolhia-se de olhos catatônicos no vazio de uma calçada logo depois do terremoto do Haiti, e apareceu na televisão. Eram tantos em desespero em torno dele, eram tantos... Eram tantos os mortos em torno dele, eram tantos... Quem conseguiria prestar atenção em mais aquele menino dentro de tanta desgraça, a não ser aquele olho malicioso de uma televisão, que pegou o menino e o jogou no meu colo, sem que eu soubesse o que fazer com ele? Era uma vez um rei e um menino. O rei era pura saúde, garbo e fidalguia: vestido com trajes tribais, tinha no rosto e no corpo os mesmo desenhos em branco, preto e vermelho que também estavam no escudo de couro que segurava na mão esquerda, pois na direita segurava a lança segura e certa que o tornara rei tamanha a sua perícia ao caçar o leão. Ele era grande e espadaúdo, mas maior ainda era a sua fama, pois não só ao leão enfrentava: quando seu povo tinha fome, ele afrontava até os grandes elefantes, e todos viviam felizes no seu reino, bem alimentados e saudáveis, e o rei era feliz também.

Certo do poder da sua felicidade e da sua lança, o rei nunca entendeu como lhe caíra em cima aquela rede que o despojara do seu escudo, da sua lança, da sua força e da sua liberdade – como tantos outros da sua terra, teve que se curvar à chibata do traficante, aceitar a gargantilha e as algemas de ferro, resistir à longa caminhada da coleante corrente feita de gente e de ferros, viver a aviltância do navio negreiro.

A saúde antiga deu-lhe forças para chegar vivo àquela terra de degredo, de escravidão, e cruéis homens brancos de outra fala, à força de chicote, subjugarão-no e ele teve que se curvar, sem lança, sem pintura, sem escudo, e cultivar a cana que produzia o açúcar, o rum e a riqueza daqueles usurpadores da sua liberdade. Nunca mais ele foi feliz; nunca mais soube do seu povo e seu povo nunca mais soube dele, e só o que havia de belo era o mar daquela terra, todo verde, azul e transparente. Houve, também, uma mulher que reconheceu nele a fidalguia conspurcada, e antes de morrer prematuramente, o rei teve um filho, negro e lindo como ele, e que na verdade era um príncipe – mas foi

um príncipe que nunca teve uma lança e que não conheceu os desenhos e as cores tribais – ao invés de leões, só houve para ele o látego do algoz.

Outros príncipes foram gerados na descendência do rei, naquela terra que parecia incrustada num mar de turmalinas, e todos tiveram a vida miserável de escravo, enquanto seus senhores tinham as vidas nababescas dos poderosos.

Um dia, já não dava mais de suportar. Eles eram mais de 500.000 negros, e os senhores eram 32.000, certos que a força do látego manteria aquela situação indefinidamente. E junto com os demais escravos os descendentes do rei lutaram e lutaram e venceram – desde 1791 a 1803 – nesse último ano venceram até o exército que Napoleão Bonaparte mandara da França. E conquistaram a liberdade!

O Haiti foi o primeiro país da América dita Latina a ser livre, a fazer a independência, isto lá em 1804, antes de todos os demais. É de se imaginar o frio que correu

que sua crista se quebrasse: invasões, ditaduras, golpes de Estado, o bedelho dos brancos sempre indo lá e tentando botar tudo a perder, mas a valentia daquele povo parecia indomável, e o Haiti, mesmo não conseguindo florescer como deveria, era exportador de café, de arroz, era o maior produtor de açúcar do mundo, era um país que tinha seus filhos bem alimentados a arroz, a banana, os porcos abundavam e produziam pratos deliciosos, acompanhados de banana frita, iguaria tão caribenha...

Foi agora, agorinha, no tempo da violência do neoliberalismo, o que nos leva a 1980, que o complô dos brancos resolveu que já não dava mais, que era muito absurdo em plena América ver um país de negros sobrevivendo e sobrevivendo impunemente... Então foi programada a tomada definitiva do Haiti. Foi daquelas coisas mais malévolas que as mentes doentias podem programar visando lucro: aos poucos, introduziram-se as pragas necessárias na ilha incrustada num mar de safira, e

rando que poderia perder tudo na vida, menos a honra. Que honra pode ter um homem assim?

(Não consigo me furtar de contar de que forma a nefanda honra do vice-presidente atingiu diretamente minha família, recentemente. Numa só tarde, uma das empresas dele, aqui na minha cidade de Blumenau/SC/Brasil, a Coteminas, demitiu 600 empregados, assim sem mais nem menos. Três primos meus, lutadores pais de famílias, perderam o emprego sem entenderem muito bem por quê – o porquê é fácil: nas novas fábricas que o “honrado” vice-presidente anda montando lá nas zonas francas do Haiti, os novos empregados trabalharão pela décima parte do salário que os meus primos ganhavam – e o salário dos meus primos já não era grande coisa.)

Bem, então tínhamos um Haiti em petição de miséria, e daí veio o terremoto. Que poderia ter acontecido de melhor para o Capitalismo e o Imperialismo dos EUA? Até o palácio presidencial do governo títere ruiu – daqui para a frente é apenas tomar posse – já não há barreiras. Ao invés de ajuda humanitária (que eles não deram nem aos flagelados do furacão Katrina, em seu próprio território) os Estados Unidos estão, descaradamente, diante de todo o mundo, fazendo a ocupação militar do Haiti com o seu exército, e tudo parece bonitinho, com a Hillary indo lá para ver como é que estão ajudando... ajudando uma ova! Alguém já viu os Estados Unidos ajudar alguém de verdade?

Não deixo de louvar as tantas e tantas equipes de tantos e tantos países que lá estão, realmente levando ajuda humanitária para aquele povo quase que nas vascas da agonia – mas a semvergonhice do Capital está lá, também, sorrindo de felicidade com sua cara de caveira.

E então o olho de uma televisão espia lá aquele menino de dois anos arrasado pela exaustão, pelo terror e pelo desespero, encolhido num vazio de uma calçada, e o joga brutalmente no meu colo – e quando tento acalmá-lo acolhendo-o junto do meu coração, ele me conta do rei, seu antepassado – aquele menino moído pelo Capital e pelo terremoto é nada mais nada menos que um príncipe, e seu antepassado que foi rei e livre caçava leões e elefantes e alimentava um povo – o menino sabia, a família sempre contara adiante o seu segredo.

Céus, céus, o que fizeram com as gentes livres da África, que quiseram apenas continuar vivendo com dignidade naquela ilha de onde já não podiam sair? Quem vai cuidar daquele menino antes que ele retorne à condição de escravo de onde seus antepassados tanto tentaram sair?

Eu choro, Haiti, choro por ti, e por teu menino, e por aquele rei. Não sei fazer outra coisa além de chorar.

na espinha de tantos outros colonizadores brancos: uma república, e de negros? E se a coisa pega? Olha que escravo está tudo cheio por esta América de meu Deus! Que se faz, ai ai ai?

De modo geral, o que se podia fazer eram independências rápidas, feitas por brancos (e elas aconteceram uma depois da outra) e muita matança de negros, para evitar que a coisa trágica se repetisse e sujasse o bom nome da dita civilização europeia! Sei bem como foi tal matança no Brasil: foi na guerra do Paraguai, foi na revolução Farroupilha... – não estou inteira da de como foi nos outros países, mas que a matança foi grande, lá isso foi. E a “civilização” branca quase pode respirar, aliviada – só que havia aquele pequeno país, aquele maldito pequeno país lá incrustado naquele mar de ametista, o tal do Haiti, que era um país de negros – e nunca que a tal “civilização” branca poderia deixar aquilo lá florescer de verdade – era afronta demasiada.

E nos dois últimos séculos o Haiti sofreu tudo o que é possível sofrer-se para

morreram todos os porcos, e depois todo o arroz, e depois toda a banana, e depois veio a praga do café... Aqueles negros corajosos não sobreviveriam, ah! La isso não poderia acontecer! Viveriam apenas para voltar à condição de escravos, e igualzinho como os europeus, em 1885, no Tratado de Berlim, dividiram o mapa da África à régua, causando as milhares de desgraças que estão acontecendo até hoje, os brancos do neoliberalismo pegaram o território do Haiti e o dividiram em 18 futuras zonas francas onde não haveria lei, onde o Capital imperaria, e onde, as pessoas tão famintas que estavam assando biscoitos de argila para poderem ter algo no estômago trabalhariam, de novo, em regime de escravidão. Pode parecer que tal coisa é distante de nós, mas não é. O próprio vice-presidente do Brasil, José Alencar, é alguém tão interessado no assunto que até mandou seu filho para lá para cuidar dos seus futuros interesses imperialistas. E o execrável outro dia ainda saiu do hospital, depois de mais algumas cirurgias, sorrindo para as câmaras das televisões e decla-

O REI E O MENINO